



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ÓRGÃO REQUISITANTE: Prefeitura Municipal de Caucaia/CE

Unidades Requisitantes:

- Secretaria Municipal de Educação

INTRODUÇÃO

A Nova Lei de Licitações, Lei 14.133/2021 atribuiu ao planejamento das licitações a hierarquia de princípio, propiciando aos gestores públicos instrumentos para governança e concretude deste princípio. As contratações públicas são instrumentos para a realização das políticas públicas, cujo planejamento ocasiona contratações significativamente mais efetivas.

Deste modo, se busca assegurar a viabilidade (técnica e econômica) da contratação pública pretendida, bem como o levantamento dos elementos essenciais, que servirão de base para compor o anteprojeto, termo de referência ou projeto básico a serem elaborados, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública, avaliando todos os aspectos necessários e suficientes à contratação.

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A execução dos serviços de construção de uma escola com 05 (cinco) salas de aula, conforme padrão do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), localizada na Avenida de Contorno Leste-Norte, s/nº, Bairro Araturi (Jurema), Município de Caucaia-CE.

A obra está vinculada ao **Termo de Compromisso nº 962132/2024**, celebrado com o **Ministério da Educação**, no âmbito do **Plano de Trabalho nº 1095113-90**, e integra as ações do município voltadas à ampliação da rede de ensino e à melhoria da infraestrutura escolar, atendendo à crescente demanda por vagas na educação básica.

A necessidade da contratação está fundamentada nos seguintes aspectos:





 Déficit de vagas escolares na região do Bairro Araturi, que apresenta significativo crescimento populacional, especialmente na faixa etária atendida pelo ensino fundamental;

Cumprimento das metas do Plano Municipal de Educação (PME) e das

diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal por meio do FNDE;

 Promoção do acesso à educação de qualidade, por meio da disponibilização de infraestrutura adequada e segura para os alunos;

Inexistência de estrutura pública suficiente na localidade para atender à atual

e futura demanda escolar;

• Obrigação legal e contratual do município em dar cumprimento ao Termo de Compromisso firmado com o MEC, garantindo a boa execução e finalização da obra no prazo estabelecido.

Dessa forma, a contratação de empresa especializada para execução da obra é essencial para garantir a implementação adequada do projeto educacional, conforme padrões técnicos e legais exigidos, contribuindo significativamente para a melhoria dos indicadores educacionais do município de Caucaia.

2 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A presente contratação está prevista no Plano Anual de Contratações – 2025 do município de Caucaia/CE.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os serviços serão prestados por uma empresa especializada no ramo da construção civil, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em total conformidade com a legislação vigente e os padrões de sustentabilidade exigidos neste instrumento e no futuro Projeto Básico.

Dessa forma, a contratação nos termos propostos atende aos requisitos legais em vigor e às necessidades da Prefeitura de Caucaia, cumprindo integralmente as exigências aplicáveis. O regime de execução adotado será o de **empreitada por preço global**, uma vez que o escopo do projeto está bem definido, com baixa probabilidade de alterações significativas ao longo da obra. Esse modelo possibilita uma estimativa mais precisa dos custos desde o início, reduzindo o risco de variações financeiras.

Trata-se de um serviço comum, cuja contratação será realizada por meio de licitação na modalidade concorrência eletrônica. Considerando que a obra se enquadra na definição de serviço comum de engenharia, conforme o art. 6°, inciso XXI, alínea 'a', da Lei Federal n° 14.133/2021. Os bens e serviços a serem contratados atendem aos pressupostos desta legislação, sem se enquadrar nas restrições que vedam sua aplicação.





A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Pública, sendo vedada qualquer relação que caracterize pessoalidade e subordinação direta. A empresa contratada assumirá total responsabilidade pela execução da obra, garantindo a qualidade dos serviços prestados e proporcionando maior segurança quanto ao cumprimento dos prazos e padrões estabelecidos.

Para a participação no processo licitatório, os interessados deverão comprovar atuação em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação e apresentar os seguintes documentos para qualificação técnica, conforme art. 62, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021:

• Certificado de Registro (Pessoa Jurídica): comprovação de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA).

• Certificado de Registro (Pessoa Física): comprovação de registro no CREA de todos os profissionais técnicos envolvidos na execução dos serviços, incluindo,

no mínimo, um Engenheiro Civil.

Capacidade Operacional: apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a experiência da empresa ou consórcio em atividades compatíveis com o objeto da licitação. O documento deve estar acompanhado da Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo respectivo conselho profissional.

Além disso, a empresa contratada deverá atender aos seguintes requisitos essenciais:

• Experiência comprovada na área da construção civil.

• Capacidade técnica e operacional para realizar a obra dentro do prazo estabelecido.

· Conformidade com normas de segurança e qualidade determinadas pelos órgãos competentes.

• Apresentação de um projeto detalhado, incluindo planta arquitetônica, cronograma físico-financeiro e especificações técnicas.

• Garantia de assistência técnica durante a execução da obra e no período pós-

Orçamento detalhado e competitivo, priorizando a melhor relação custobeneficio

4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

ITEM	DESCRIÇÃO QTD.	UND.
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE 1,000	Serviço





ESCOLA 05 SALAS DE AULA (PADRÃO FNDE) COM LOCALIZAÇÃO NA AVENIDA DE CONTORNO LESTENORTE, S/N°, BAIRRO ARATURI (JUREMA), MUNICÍPIO DE CAUCAIA-CE, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO N° 962132/2024 PLANO DE TRABALHO n° 1095113-90 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO)

5 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO QTD.	UND.	VR. TOTAL
į	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE ESCOLA 05 SALAS DE AULA (PADRÃO FNDE) COM LOCALIZAÇÃO NA AVENIDA DE CONTORNO LESTE-NORTE, S/N°, BAIRRO 1,000 ARATURI (JUREMA), MUNICÍPIO DE CAUCAIA-CE, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO N° 962132/2024 PLANO DE TRABALHO n° 1095113-90 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO)	Serviço	R\$ 8.021.945,09

Conforme dados demonstrados acima, totalizam o valor global de 8.021.945,09 (Oito Milhões Vinte e Um Mil Novecentos e Quarenta e Cinco reais e Nove centavos).

O custo estimado das quantidades será obtido mediante informações coletadas nas bases oficiais das tabelas SINAPI-CE, SEINFRA, SP OBRAS E PRÓPRIA, e constarão informados na memória de cálculo.

6 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

A presente contratação não exige levantamento de mercado específico, considerando a natureza do objeto. O setor da engenharia civil no Brasil conta com diversas empresas especializadas na execução de obras e serviços, o que garante ampla concorrência e proporciona vantagens à Administração Pública, assegurando transparência e legalidade no processo licitatório.

Dessa forma, a equipe técnica de engenharia será responsável pela elaboração da planilha orçamentária, acompanhada da memória de cálculo, na qual serão detalhados os valores unitários estimados para todos os materiais e serviços aplicados na execução do contrato, bem como o Projeto Básico e as plantas técnicas.

Vale destacar que a planilha orçamentária, baseada em tabelas de referência, substitui a pesquisa de preços de mercado, conforme previsto no Decreto Federal nº 7.983, de 08 de abril de 2013, e na publicação "Orientações para Elaboração de Planilhas Orçamentárias Públicas" do Tribunal de Contas da União (TCU).

Foi realizada uma pesquisa de mercado para identificar empresas especializadas na EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE ESCOLA 05 SALAS DE AULA (PADRÃO FNDE) COM LOCALIZAÇÃO NA AVENIDA DE





CONTORNO LESTE-NORTE, S/N°, BAIRRO ARATURI (JUREMA), MUNICÍPIO DE CAUCAIA-CE, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO N° 962132/2024 PLANO DE TRABALHO n° 1095113-90 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO), demonstrando que há diversas empresas capacitadas para atender às necessidades do município, seja por meio de contratações contínuas ou projetos específicos.

Além disso, verificou-se que outros municípios têm adotado soluções semelhantes para a CONSTRUÇÃO DE ESCOLA 05 SALAS DE AULA, visando maior eficiência e adequação às normativas vigentes. Essa análise foi realizada com base em consultas Portal Nacional de Contratações Públicas-PNCP, disponível em: https://pncp.gov.br/app/editais/07707680000127/2025/21, onde foram identificadas licitações com objetos similares, conforme demonstrado abaixo:

N° PROCESSO	MUNICÍPIO	ОВЈЕТО	MODALIDADE
EDITAL N° PMH- 110425-CE01- SDE/2025	HIDROLANDIA	CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA <u>5 SALAS PADRÃO</u> <u>FNDE</u> NO BAIRRO CAIXA D'ÁGUA NO MUNICÍPIO DE HIDROLÂNDIA-CE	Concorrência - Eletrônica
EDITAL N° 2025.04.10.1/2025	QUIXELÔ/CE	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UM REFEITÓRIO E DUAS SALAS DE AULA NA ESCOLA ANTÔNIO ALVES RIBEIRO, NO SITIO RIACHO DO MEIO, ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE QUIXELÔ/CE, BEM COMO ADEQUAÇÃO PARA CLIMATIZAÇÃO, SUBSTITUINDO TELHA CERÂMICA POR TELHA DE FIBROCIMENTO E FORRO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.	Concorrência - Eletrônica
Edital n° 002/2025/CP/2025 Catunda/CE Construção de escola em TEMPO INTEGRAL TÉRREA DO BAIRRO DO AÇUDE, CATUNDA/CE - FNDE - ESCOLA 9 SALAS Concorrênce Do BAIRRO DO AÇUDE, CATUNDA/CE - FNDE - ESCOLA 9 SALAS		Concorrência - Eletrônica	

A análise dos processos licitatórios similares demonstra a viabilidade da contratação e reforça a compatibilidade do objeto com as exigências legais e normativas vigentes.

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução referente a execução de construção de creche Pré-Escola tipo 01 (padrão





FNDE) com localização no bairro Jandaiguaba, encontra-se delimitada neste Estudo Técnico Preliminar (ETP) a partir dos seguintes requisitos:

- a) Definição do local dos serviços: bairro Araturi (Jurema);
- b) Definição dos serviços a serem executados: Após levantamentos verificou-se que os serviços a serem contratados serão, em suma, importância, a DE CONSTRUÇÃO DE ESCOLA 05 SALAS DE AULA, sendo a execução da obra pautada nos seguintes serviços:
- SERVIÇOPS PRELIMINARES;
- MOVIMENTO DE TERRA PARA FUNDAÇÕES;
- RESERVATÓRIO;
- ESTUTURA METÁLICA;
- FUNDAÇÕES;
- SUPERESTRUTURA;
- SISTEMA DE VEDAÇÃO VERTICAL;
- ESQUADRIAS;
- SISTEMAS DE COBERTURA;
- REVESTIMENTOS INTERNO E EXTERNO;
- SISTEMAS DE PISOS;
- PINTURAS E ACABAMENTOS;
- INSTALAÇÃO HIDRÁULICA;
- DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS;
- INSTALAÇÃO SANITÁRIA;
- LOUÇAS, ACESSÓRIOS E METAIS;
- INSTALAÇÃO DE GÁS COMBUSTÍVEL;
- SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO;
- INSTALAÇÃO ELÉTRICA 220V;
- INSTALAÇÕES DE CLIMATIZAÇÃO;
- INSTALAÇÕES DE CABEAMENTO ESTRUTURADO;
- SISTEMA DE EXAUSTÃO MECÂNICA;
- SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA);
- SERVIÇOS COMPLEMENTARES;
- SERVIÇOS FINAIS
- c) A definição da metodologia executiva é adotada, obrigatoriamente, de acordo com as normas técnicas vigentes. Para cada serviço, existe uma metodologia especial. Portanto, essas definições estarão pormenorizadas no Projeto Básico elaborado pela equipe técnica.
- d) Sobre a definição do prazo da obra estima-se que o prazo de execução é conforme o cronograma informado no Projeto Básico.





- e) Definição das unidades de medida para quantificação dos serviços e delimitação dos preços unitários deverá estar explicitados na planilha orçamentária, cujos quantitativos foram obtidos por meio de levantamento de dados com vistas às necessidades da obra a ser executada.
- f) Facultar, à contratada, a possibilidade de visita técnica para conhecimento do local onde serão executados os serviços, dos acessos disponíveis, da logística de transporte, e de todas as dificuldades que possam interferir na execução dos serviços.

8 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

O não parcelamento das obras é mais satisfatório do ponto de vista de eficiência técnica, por manter a qualidade do investimento, haja vista que o gerenciamento permanece o tempo todo a cargo de um mesmo administrador, oferecendo um maior nível de controle pela Administração na execução das obras e serviços, cumprimento de cronograma e observância de prazos com a concentração da responsabilidade da construção e garantia dos resultados.

Ressalta-se que em obras com serviços inter-relacionados, o atraso em uma etapa construtiva implica em atraso nas demais etapas, ocasionando aumento de custo e comprometimento dos marcos intermediário e final de entrega da obra. Pelas razões expostas, recomenda-se que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação de empresa especializada para a construção de unidade escolar com 05 (cinco) salas de aula padrão FNDE, localizada na Avenida de Contorno Leste-Norte, s/nº, Bairro Araturi (Jurema), Município de Caucaia/CE, tem como objetivo principal ampliar a oferta de vagas no ensino fundamental da rede pública municipal, assegurando o acesso à educação de qualidade, conforme as diretrizes do Plano Municipal de Educação e as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE).

A obra será executada em consonância com as especificações do Termo de Compromisso nº 962132/2024 e do Plano de Trabalho nº 1095113-90, firmados com o Ministério da Educação (MEC), respeitando os padrões arquitetônicos, estruturais e funcionais definidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Como resultado pretendido, espera-se:





- A edificação de unidade escolar com infraestrutura adequada, contemplando 5 salas de aula, secretaria, diretoria, sala de professores, banheiros (alunos e acessibilidade), pátio coberto, cozinha, despensa, área de serviço e demais ambientes conforme projeto padrão FNDE;
- Atendimento direto aos alunos, possibilitando a expansão da cobertura educacional no Bairro Araturi e adjacências;
- Melhoria nos indicadores de acesso e permanência escolar na rede pública de ensino do Município de Caucaia;
- Geração de empregos diretos e indiretos durante a execução da obra, movimentando a economia local;
- Cumprimento das metas pactuadas com o Governo Federal no âmbito do PAR (Plano de Ações Articuladas).

A efetiva entrega da escola contribuirá significativamente para a melhoria da qualidade do ensino no município, proporcionando ambiente seguro, acessível, funcional e propício ao desenvolvimento educacional e social dos estudantes da comunidade atendida.

10 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Para a efetiva realização dos serviços de construção de 05 (cinco) salas, conforme os requisitos da Lei 14.133/2021 e os aspectos levantados no processo de planejamento, as seguintes providências devem ser adotadas:

- Elaboração de um cronograma detalhado, contemplando todas as fases do processo licitatório, desde a publicação do edital até a assinatura do contrato e início da execução da obra, garantindo a observância dos prazos legais.
- Designação de equipe técnica especializada para a fiscalização e acompanhamento da obra, composta por profissionais devidamente qualificados e com formação compatível, conforme o Art. 7° da Lei 14.133/2021.
- Definição de um plano de comunicação e divulgação, informando a população sobre o andamento da construção, possíveis impactos na rotina local e beneficios esperados.
- Desenvolvimento de um plano de gestão de riscos, mapeando potenciais desafios e estabelecendo estratégias para mitigar impactos negativos durante a execução da obra.
- Articulação com os órgãos municipais e estaduais de trânsito, visando a definição de rotas alternativas para minimizar transtornos à mobilidade urbana no entorno da construção.





- Realização de consulta e participação popular, coletando sugestões da comunidade para assegurar maior transparência e alinhamento da obra às necessidades locais.
- Preparação de documentos e instrumentos de fiscalização, incluindo termos de referência atualizados e parâmetros técnicos para a gestão eficiente do contrato.
- Capacitação contínua da equipe fiscalizadora, garantindo alinhamento com as melhores práticas e conformidade com a legislação vigente.
- Verificação da disponibilidade e alocação de recursos financeiros, assegurando compatibilidade com o planejamento orçamentário do município e viabilidade da execução.
- Ação conjunta com órgãos ambientais, garantindo a obtenção de licenças necessárias e adoção de medidas para minimizar impactos ambientais decorrentes da obra.
- Implementação de auditorias recorrentes, revisando cada etapa da construção e controlando a qualidade dos materiais empregados para assegurar conformidade com as especificações técnicas.
- Definição e comunicação dos critérios de aceitação da obra, estabelecendo procedimentos de testes e inspeções para verificar a conformidade do serviço com as normas técnicas aplicáveis.

Todas as providências listadas deverão ser documentadas em um plano de ação específico, detalhando atividades, responsáveis, prazos e recursos necessários, tornandose parte integrante do processo de contratação.

11 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Este estudo não identificou a necessidade de realizar contratações acessórias para a perfeita execução do objeto, uma vez que todos os meios necessários para a operacionalização dos serviços podem ser supridos apenas com a contratação ora proposta.

12 - IMPACTOS AMBIENTAIS

A construção de 05 (cinco) salas no bairro: Araturi, município de Caucaia – CE, pode gerar diversos impactos ambientais, os quais devem ser identificados e mitigados para garantir a sustentabilidade da obra e a preservação do meio ambiente local. Abaixo estão os principais possíveis impactos e medidas mitigadoras:

1. SUPRESSÃO DA VEGETAÇÃO E ALTERAÇÃO DO SOLO	
IMPACTO	AÇÃO MITIGADORAS





Remoção de cobertura vegetal e compactação do solo podem causar erosão e perda de biodiversidade.	 Realizar levantamento ambiental para identificar áreas sensíveis antes da remoção da vegetação. Implementar técnicas de controle da erosão, como plantio compensatório e barreiras de contenção. Planejar a terraplanagem de forma a minimizar movimentações desnecessárias de terra.
2. GERAÇÃO DE RESÍDUOS DA CO	NSTRUÇAO CIVIL
IMPACTO	AÇÃO MITIGADORAS
O descarte inadequado de entulhos, restos de materiais e embalagens pode contaminar o solo e corpos d'água.	 Implantar um Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC). Segregar, reutilizar e destinar corretamente os resíduos, priorizando a reciclagem. Contratar empresas licenciadas para o transporte e descarte de entulho.
3.CONSUMO DE RECURSOS NATUI	RAIS
IMPACTO	MEDIDAS MITIGADORAS
O uso intensivo de água, areia, brita e cimento pode impactar o meio ambiente local e os recursos hídricos.	 Utilizar materiais certificados e sustentáveis, sempre que possível. Implementar captação e reuso de água da chuva para atividades não potáveis no canteiro de obras. Racionalizar o consumo de água e energia elétrica durante a construção.
4. ALTERAÇÃO DA DRENAGEM E	RISCO DE ENCHENTES
IMPACTO	MEDIDAS MITIGADORAS
A impermeabilização do solo pode dificultar a absorção da água da chuva, aumentando riscos de alagamentos.	 Criar um sistema de drenagem eficiente, com calhas, bacias de retenção e pavimentos permeáveis.





	°0.	
	 Manter áreas verdes e faixas de infiltração no projeto paisagístico da creche. 	
5. EMISSÃO DE RUÍDOS E VIBRAÇ	ÕES	
IMPACTO MEDIDAS MITIGADORAS		
O uso de máquinas e equipamentos pode gerar ruídos excessivos, impactando a vizinhança e a fauna local.	 Restringir atividades ruidosas aos horários comerciais permitidos. Utilizar equipamentos modernos e com manutenção em dia para reduzir ruídos. Implementar barreiras acústicas temporárias, se necessário. 	
6.GERAÇÃO DE POEIRA E POLUIÇ	ÃO DO AR	
IMPACTO	MEDIDAS MITIGADORAS	
A movimentação de terra, transporte de materiais e uso de cimento podem causar aumento da poeira, afetando a qualidade do ar.	 Umedecer as vias e áreas de movimentação de terra para evitar a dispersão de poeira. Cobrir caminhões que transportam materiais soltos, como areia e brita. Posicionar misturadores e betoneiras em áreas protegidas do vento. 	
7. IMPACTO NA FAUNA E FLORA I	OCAIS	
IMPACTO	MEDIDAS MITIGADORAS	
A retirada de vegetação pode comprometer habitats de espécies nativas.	 Identificar a fauna e flora presentes na área antes do início das obras. Promover realocação de espécies, se necessário. Compensar a supressão vegetal com o plantio de árvores nativas em áreas próximas. 	
8. IMPACTO NO TRÁFEGO LOCAL		
IMPACTO	MEDIDAS MITIGADORAS	
O transporte de materiais e circulação de caminhões pode impactar a mobilidade no bairro Jandaiguaba.	impactos no italego local.	





Sinalizar adequadamente o entorno da obra para segurança de pedestres e motoristas.

A construção de 05 (cinco) salas no bairro Araturi, **Caucaia** – **CE**, pode gerar impactos ambientais que devem ser gerenciados desde a fase de planejamento até a conclusão da obra. A adoção de práticas sustentáveis e a aplicação das medidas mitigadoras citadas acima garantem que o projeto ocorra com menor impacto ambiental e maior eficiência, beneficiando a comunidade local sem comprometer o meio ambiente.

13 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Após a análise detalhada das informações e elementos providos durante a fase preparatória do Estudo Técnico Preliminar, cumpre-nos agora estabelecer um posicionamento conclusivo acerca da viabilidade e razoabilidade para execução CONSTRUÇÃO DE ESCOLA 05 SALAS DE AULA (PADRÃO FNDE) COM LOCALIZAÇÃO NA AVENIDA DE CONTORNO LESTE-NORTE, S/N°, BAIRRO ARATURI (JUREMA).

A contratação se apresenta como viável e razoável, atendendo aos princípios estabelecidos pela Lei 14.133, entre os quais destacam-se:

- Legalidade: O processo licitatório está em conformidade com as normativas vigentes.
- Impessoalidade e isonomia: A seleção da proposta será conduzida de maneira objetiva, sem favorecimentos.
- Moralidade e probidade administrativa: O processo ocorrera em estrito respeito a ética e a integridade.
- Publicidade: Todas as etapas e documentação pertinente estarão disponíveis para consulta pública, garantindo transparência.
- Eficiência: A execução da contratação almeja o uso otimizado de recursos públicos para atendimento das necessidades do município.
- A Economicidade: Busca-se com esta contratação o aproveitamento dos recursos disponíveis com a máxima eficácia, minimizando custos e maximizando resultados.
- Razoabilidade e proporcionalidade: As exigências e condições previstas na licitação estão adequadas ao tamanho e complexidade da obra.
- Interesse público: O objeto da licitação atende a objetivos de interesse geral, promovendo o bem-estar social e o desenvolvimento urbano.

O projeto está alinhado com os objetivos de seleção da proposta mais vantajosa





para a administração pública e de incentivo a inovação e ao desenvolvimento nacional sustentável, conforme determinam os incisos I e IV do Art. 11 da Lei 14.133/2021.

Adicionalmente, verifica-se a existência de orçamento estimado aderente as exigências do Art. 23, respeitando os valores de mercado e as peculiaridades do local, e as estratégias de execução atendem ao Art. 18, evidenciando planejamento e análise de riscos pertinentes a contratação.

As providências identificadas para a prevenção de possíveis impactos ambientais seguem o disposto no Art. 18, inciso XII, da Lei 14.133, promovendo práticas responsáveis com vistas a sustentabilidade e preservação dos recursos naturais. Já o alinhamento do projeto com o planejamento estratégico municipal atende ao que estabelece o Art. 11, parágrafo único.

Desse modo, conclui-se que a contratação em questão é viável e se mostra razoável e alinhada aos objetivos e princípios da nova Lei de Licitações, devendo-se seguir com o processo de contratação por meio de modalidade de concorrência eletrônica para assegurar a obtenção de propostas vantajosas, transparência no procedimento licitatório e a promoção da maneira efetiva e sustentável.

Caucaia / CE, 14 de abril de 2025.

Responsável

Diana Helena Soares Rocha Marinho Saraiva Engenheira – RNP 0612813401